|  |
| --- |
| **1. IDENTIFICAÇÃO** |
| Nome: |
| CPF: |
| Matrícula FUB: |
| Centro de Custo: |

**DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO OU NÃO DE CARGOS**

|  |
| --- |
| **2. Declaro, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37 da CF/88, art. 118 a 120 da Lei nº 8112/90 e § 2º, artigo 20 da Lei nº 12.772/2012, que:** |
| (     ) Não ocupo outro cargo, emprego ou função pública   |
| (     ) Sim, ocupo outro cargo, emprego ou função pública |
| Órgão/Entidade: |
| Cargo: |
| Jornada de trabalho semanal:        horas |

|  |
| --- |
| **3. Estou em gozo de licença ou suspensão contratual:** |
| (     ) Sim   (     ) Não |
| Tipo: | Período: |
| Órgão: | Cargo: |

|  |
| --- |
| **4. Estou em disponibilidade remunerada nos termos do art. 41, § 3º da Constituição Federal:** |
| (     ) Sim   (     ) Não |
| Órgão: |
| Cargo: |

|  |
| --- |
| **5.** **Percebo Proventos de Aposentadoria:** |
| (     ) Não    (     ) Sim |
| Caso sim: |
| (     ) Serviço Público Federal |
| (     ) Serviço Público Estadual |
| (     ) Serviço Público Municipal |
| (     ) INSS |
| Cargo/Regimento de Trabalho em que se aposentou: |
| Observação: Quando acumular cargos na situação de ativo, anexar a Declaração de Cargo e Grade Horária do respectivo cargo. |

|  |
| --- |
| **6. Declaro, em consonância com o inciso III do art. 9º da Lei nº 9.745/1993, a qual dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público que, nos últimos 24 (vinte e quatro )meses:**  |
| ( ) não fui contratado como professor substituto ou visitante por órgão da Administração Pública Federal nem exerci quaisquer atividades do inciso VI da referida lei.  |
| ( ) tive contrato como professor substituto ou visitante em órgão da Administração Pública Federal ou exerci atividade listada no inciso VI do art. 2º da referida lei. |
| Período: |
| Órgão: |
| Cargo ou atividade desempenhada:  |

|  |
| --- |
| 7. **Declaração:** |
| (     ) Declaro ainda, ser do meu conhecimento que a declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal e por ele poderei responder, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento. |